

## Carta aos Parlamentares

Os representantes de gays, lésbicas, travestis e transexuais (GLBT) reunidos em Brasília, nos dias 17 a 18 de setembro de 2002 para análise da proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo identificaram os seguintes problemas:

- As ações, programas e projetos com a temática GLBT somente nos Ministérios da Justiça e Saúde, frente a isso discute-se a necessidade de buscar outros ministérios
- Os Programas voltados para ações de afirmação são inexistentes;
- Os programas existentes chamam a atenção porque são voltados para ações de direitos humanos em geral, não tem a especificidade GLBT e são direcionados apenas para ações de combate a violência.

O grupo definiu então uma pauta de trabalho para 2003 visando intervir no processo de elaboração do Plano Pluri Anual - PPA 2004 - 2007 que será enviado ao Congresso pelo Governo que tomar posse em 1º de janeiro de 2003.

O objetivo principal é assegurar transformar as propostas do PNDH - Plano Nacional de Direitos Humanos em Programas, projetos e atividades de modo que sejam inseridas na Lei orçamentária Anual como rubricas orçamentárias e a devida alocação de recursos.

O grupo também realizará um seminário dentro do Congresso Nacional para discutir o tema junto com outras organizações e com os parlamentares de modo a avançar no processo de sensibilização do Parlamento inclusive para a aprovação de outras proposições legislativas, como por exemplo, o projeto de lei da parceria civil.

Alguns eixos orientadores dessa ação foram definidos:

- Priorizar o Ministério da Justiça tendo em vista que nele está localizado a área de Direitos Humanos e Cidadania; caso haja alguma mudança com a posse do novo governo então o foco desta ação devera mudar também;
- É de fundamental importância repensar o foco na questão da saúde tendo em vista que análise das ações neste ministério indicou que elas estão voltadas somente para as questões relativas a DST/HIV/AIDS e o que se busca é a ampliação do conceito de saúde para ações integrais de saúde ao publico GLBT;

- Buscar construir estratégias de articulação com outros grupos vulneráveis;
- Inserir uma rubrica orçamentária no Ministério da Educação em programa de ação continuada para sensibilização de professores, em especial os orientadores pedagógicos, sobre a temática GLBT para que esses tenham condições de atuar sobre a problemática de gênero e orientação sexual.

O Grupo também decidiu que outras Comissões deverão ser foco de ações para apresentação de emendas ao PPA: Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente e Minorias, Participação Legislativa, Seguridade Social, Trabalho. Para fortalecer essas deliberações decidiu-se pela criação de uma Comissão Nacional de Articulação Pró-Orçamento GLBT tendo em vista que o movimento GLBT brasileiro precisa investir em ações de mobilização sobre o orçamento da União e contribuir para empoderamento da comunidade GLBT na intervenção sobre políticas públicas no poder executivo e legislativo.

**Participação:**

1. Paulo Tavares Mariante - Coordenador de Direitos Humanos do Identidade: Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual de Campinas/SP.
2. Caio Varela - Presidente do Instituto Atitude Direitos e Cidadania para Homossexuais/DF
3. Pedro Benício Lopes - Coordenador do Núcleo de Gays do Instituto Atitude Direitos e Cidadania para Homossexuais/DF.
4. Renata Rodrigues - Coordenador do Núcleo de Lésbicas do Instituto Atitude Direitos e Cidadania para Homossexuais/DF.
5. Célio Golin - Grupo NUANCES/RS.
6. Melissa Navarro- Estruturação - Grupo Homossexual de Brasília/DF.
7. Welton Trindade - Presidente do Estruturação - Grupo Homossexual de Brasília/DF.
8. Rosana Zaiden - Coordenadora Geral do Coletivo de Feministas Lésbicas/SP.
9. Janaina Dutra - GRAB - Grupo de Resistência Asa Branca; ATRAC - Associação dos Travestis do Ceará; Secretária Adjunta de Direitos Humanos da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis; ANTRA - Articulação Nacional de Transgêneros - Delegada da Região Nordeste.
10. Sandra dos Santos - Diretora Adjunta da Associação de Luta pela Vida do Estado de Roraima; Comissão Organizadora da Parada GLBT em Roraima.
11. Oswaldo Braga Júnior - Presidente do Movimento Gay de Minas Gerais - MGM.
12. Marco Aurélio de Oliveira - Vice Coordenador da Associação Ipê Rosa - GLSTB; Secretário Geral da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis; Conselheiro do Regional Centro-Oeste do Movimento Nacional de Direitos Humanos/MNDH.
13. Jussara de Goiás - INESC - Instituto de Estudos Socioeconômico

## PROPOSTA DE EMENDA GLBT AO ORÇAMENTO 2003

### EMENDA À DESPESA

1. AREA DE GOVERNO: Cultura, Justiça, Segurança e Cidadania
2. LOCALIDADE BENEFICIADA: Nacional
3. ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Ministério da Justiça
4. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Fundo Nacional de Assistência Social
5. TEXTO: Apoio a Implantação de Serviços de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Combate a todas as formas de Discriminação
7. ESPECIFICAÇÃO - UNIDADE
8. PRODUTO: Centrais de Atendimento
8. MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
9. META - 20
9. ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO: R\$ 150.000.00 por unidade
10. JUSTIFICAÇÃO:

É necessário garantir o exercício da cidadania à comunidade GLBT, implantando Centrais de Atendimento para recepção, encaminhamentos de denúncias de discriminação, violência e preconceitos contra essa comunidade; realizar estudos e seminários para sensibilização e combate à homofobia e investir na construção de banco de dados com informações sistematizadas sobre demandas de políticas para esse segmento